

A LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA COMO CAMINHO DE RECONSTRUÇÃO DE SABERES HISTÓRICO-CULTURAIS

Maiza da Silva Santana 1, Cryseverlin Dias Pinheiro Santos 1,
maaah_iza@hotmail.com1, cryseverlin.santos@ifms.edu.br1

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

V Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2025

*Este texto descreve o estilo a ser usado na confecção de textos completos para publicação nos Anais do V SEMPOG-IFMS. Solicita-se a redação de resumo e adicionalmente o abstract ou resumen para os artigos escritos em Português. Artigos em Inglês ou Espanhol deverão apresentar apenas abstract ou resumen. O resumo (e o abstract ou resumen) devem ter de 10 a 20 linhas cada, na fonte Times New Roman, estilo itálico, tamanho de 12 pontos, com 6 pontos de espaço depois de cada parágrafo, espaçamento simples entre linhas. Este texto **deve ser o mesmo** utilizado no formulário de submissão.*

Palavras-Chave. máximo três palavras-chave, separadas por vírgulas, com o mesmo formato do resumo.

This text describes the style to be used in articles to be published in V SEMPOG -IFMS. For papers in English or Spanish, you should add just an abstract while for the papers in Portuguese, we also ask for an abstract in English or Spanish (resumen). The abstract (or resumen) must be from 10 to 20 lines long, in Times New Roman font, italic style, 12 point size, with 6 points of space after each paragraph, single spacing between lines.

Keywords. maximum three keywords, separated by commas

1. Introdução

Este estudo explora como a literatura indígena brasileira é um meio de reconstrução de conhecimentos e resistência cultural no âmbito da educação para relações étnico-raciais. O estudo discute como o processo eurocêntrico inviabilizou e marginalizou os povos originários na sociedade brasileira contemporânea, especialmente a visão sobre o indígena criada a partir da literatura indigenista do Romantismo brasileiro. A pesquisa se concentra em excertos de textos de duas obras literárias do autor Daniel Munduruku: *O banquete dos deuses* (2009) e *Mundurukando 2: Sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores* (2017) e Kaká Werá: *A terra dos mil povos* (2020), que vão ao encontro da proposta deste estudo.

Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Educação para Relações Étnico-Raciais do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Nova Andradina (IFMS-NA). Durante esta especialização, as discussões, debates e trabalhos das unidades curriculares suscitaram questionamentos sobre o papel das escolas na educação para relações étnico-raciais, sobretudo com a Lei n.º 11.645 de 10 de março de 2008 que determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras.

O contexto embasador dos questionamentos é que, no Brasil, a literatura refletiu o contexto histórico, social e cultural da época, marcada pela colonização, expansão territorial e intensificação do contato entre os povos indígenas e os colonizadores europeus. No século XIX, as obras literárias do movimento indigenista, retrataram o indígena como um ser exótico e primitivo, associado a características como a força física, a bravura e a liberdade. Além disso, foram descritos como ingênuos e submissos aos colonizadores, conforme apresentado na obra *O guarani*, de José de Alencar, publicada originalmente em 1857.

Essas representações muitas vezes legitimavam a dominação colonial e justificavam a exploração dos povos indígenas e suas terras. Com isso, os indígenas ora foram vistos sob um viés romântico, ora sob um viés pejorativo. Ainda que não seja o foco deste estudo debater a obra do autor José de Alencar, é importante arguir-se sobre os resultados e consequências da recepção de sua literatura indigenista, criada nos moldes europeus sob o olhar do outro, do colonizador, sobre os povos originários.

No entanto, nas últimas décadas, os estudos sobre a história e a cultura indígena têm ganhado cada vez mais visibilidade, especialmente a partir dos movimentos indígenas, que resultaram em conquistas significativas como o reconhecimento de sua capacidade civil e de suas formas de organização social e política na Constituição Federal de 1988 (LUCIANO, 2006). Conforme destacado nos estudos da especialista em indigenismo brasileiro, Janice Thiél Cristine (2006), a partir da década de 1990, a literatura indígena se consolidou como um movimento literário e cultural, refletindo de forma mais fiel o diversificado universo indígena brasileiro.

Neste contexto, considera-se relevante apresentar um estudo a partir do escritor indígena Daniel Munduruku, que possui mais de 54 livros publicados, no Brasil e no exterior e do educador e escritor Kaká Werá Jecupé, autor de 16 livros publicados, entre os principais estão *A terra dos mil povos* e *Menino trovão*. Os autores reiteram em suas obras a necessidade crescente de produções escritas próprias, que resgatem a ancestralidade de forma mais humanizada, ao valorizar e preservar os saberes tradicionais indígenas, como se busca demonstrar nesta análise.

Em termos de metodologia, a pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa baseada em uma análise bibliográfica. Destarte, busca-se promover o respeito e a conscientização sobre a história e a cultura dos povos indígenas, especialmente ao contemplar obras narradas por eles mesmos, contribuindo para combater estereótipos e assegurar uma compreensão mais fiel dos povos originários. Além disso, espera-se que esta pesquisa favoreça uma educação mais inclusiva que enriqueça a literatura brasileira com perspectivas que foram ignoradas por muito tempo.

2. Considerações Sobre a Representação Indígena na Literatura Brasileira

A literatura é sempre uma linguagem de conhecimento e a literatura brasileira de autoria indígena constitui-se hoje em um espaço de reconstrução histórica. Isso significa que, ao longo da história do Brasil, a literatura indigenista foi oficializada como uma forma de representar os povos indígenas perante o mundo.

A literatura romântica fundamentou um pensamento cultural aplicado que vai da produção literária à educação nas escolas. Isto significa que o personagem do “índio¹” criado

¹ O uso da palavra índio, para se referir aos povos originários, é incorreta e depreciativa, pois o colonizador utilizou o termo erroneamente para se referir aos povos nativos da América, por acreditar ter atingido as Índias.

na literatura indigenista de José de Alencar buscava não apenas reafirmar a literatura brasileira, mas também auxiliar na construção da identidade nacional. No entanto, como já salientara Afrânio Coutinho na obra *O processo de descolonização literária*, “Não seria de todo errado afirmar-se que o Brasil é um país literário, um povo que se afirma nacionalmente pela literatura [...]” (1983, p. 37).

Por sua vez, as obras indigenista de José de Alencar seguem uma ordem onde ele esboça as relações entre os indígenas e os não-indígenas em diferentes cenários e possibilidades, aproximando os personagens, moldando as personalidades visando construir uma única identidade, uma identidade brasileira,

Na primeira obra indigenista de José de Alencar, *O Guarani*, fez parte dos primeiros passos na busca por uma identidade nacional brasileira idealizada. Peri, protagonista da obra, é o indígena representado no romance como um ser gentil, educado, prestativo e submisso, ou apenas um sujeito europeu preso no corpo de um selvagem, conforme salienta em:

Em se tratando de linguagem de conhecimento, e tendo tido o maior público leitor até a segunda metade do século XIX, o que escreveu José de Alencar para representar um pensamento da época foi tomado como descrição fidedigna do “índio”, se tornando uma referência para a educação escolar. Dessa forma, tornou-se comum a representação do “indiozinho” nu, apenas com uma faixa e uma pena acima, e o arco e flecha, o que não representa a pluralidade dos povos indígenas existentes no país, bem como sua cultura, costumes e tradições.

Conquanto, a partir do Romantismo indigenista retratou-se também uma suposta submissão do indígena à realidade do homem branco, evidenciado nas obras *Iracema* e *O Guarani*, como em destaque no excerto a seguir: “(...) Peri só ama o que a senhora ama; porque só ama a senhora neste mundo: por ela deixou sua mãe, seus irmãos e a terra onde nasceu” (p.85).

Trata-se de um excerto que demonstra a construção narrativa que aloca estereotipadamente o indígena brasileiro não a partir de si próprio, mas a partir da cultura europeia trazida com o processo colonial. Não obstante, Alfredo Bosi, em “História concisa

O termo continuou sendo utilizado, mesmo após identificar o erro, contribuindo para a propagação do preconceito e discriminação contra os povos originários.

da literatura brasileira”, afirma que: “nas histórias de Peri e de Iracema a entrega do índio ao branco é incondicional, faz-se de corpo e alma, implicando sacrifício e abandono de sua pertença à tribo² de origem. Uma partida sem retorno” (1999, p. 178-179).

O personagem indígena representado por “Peri”, bem como os personagens “Iracema” e “Ubirajara” são construídos pela ótica eurocêntrica, ou seja, representados de uma forma homogeneizada, estereotipada e colonial. Assim, o modo como os personagens foram representados não correspondem a pluralidade étnica e cultural dos povos indígenas, onde se estima que havia uma população equivalente a mais de 3,5 milhões de indígenas divididos em quatro grupos linguístico-culturais: Tupi, Jê, Aruak e Karíb, com diferentes línguas faladas e em torno de 387 etnias, segundo Kaká Werá, em *A terra dos mil povos*.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, a população indígena no Brasil é de 1.694.836, de 305 etnias diferentes e 274 línguas indígenas

² É importante mencionar que a palavra tribo não deve ser mais usada para se referir a povos ou etnias. Daniel Munduruku (2018), explica que o termo tem um significado negativo, uma vez que remete aos indígenas ao passado, como se estivessem “atrasados”, não tivessem evoluído com o passar do tempo, além de transmitir a ideia de um grupo único, sem reconhecer a diversidade de povos indígenas.

(BRASIL, 2022). A representatividade indígena não pode, portanto, ser reduzida a apenas uma única representação, muito menos a personagens moldados por um viés europeu, que não contempla as especificidades de cada povo. Este dado, por si só, estabelece a necessidade de especificar as diferenças existentes entre os muitos povos indígenas brasileiros. E como são muitos, é dever, como é também direito, criarem sua narrativa literária plural, ou a linguagem de conhecimento de sua realidade, de sua história, cultura e singularidades.

Nesse contexto, consoante Pereira e Oliva (2022), é preciso conhecer e criticar o que foi produzido pelos não indígenas sobre os indígenas, além de ler obras de autores(as) indígenas. Desse modo, mediante o percurso que se faz nessas duas vias, é possível identificar a “discrepância entre o discurso do invasor e o discurso do homem originário, mesmo aquele que teve contato mais próximo com a epistemologia do não indígena” (2022, s.p.).

Nesta perspectiva, é necessário caminhar para a desconstrução no imaginário popular que está carregado de estereótipos em relação aos indígenas, conforme ilustrado no excerto a seguir, retratado por Daniel Munduruku:

- Você viu aquele moço que entrou no metrô? Parece que é índio – disse a primeira senhora.
- É, parece. Mas eu não tenho tanta certeza assim. Viu que ele usa calça jeans? Não é possível que seja índio usando roupa de branco. Acho que não é índio de verdade – retrucou a segunda senhora.
- É, pode ser. Mas você viu o cabelo dele? É lisinho, lisinho. Só índio tem cabelo assim, desse jeito. Acho que ele é índio, sim...
- Sei não. Você viu que ele usa relógio? Índio vê a hora olhando para o tempo. O relógio do índio é o sol, a lua, as estrelas...
- Mas ele tem o olho puxado.
- E também usa sapatos e camisa.
- Mas tem as maçãs do rosto muito salientes. Só os índios têm rosto desse jeito. Não, ele nega. Só pode ser um índio, e parece ser dos puros.
- Não acredito. Não existem mais índios puros – Afinal o que índio estaria fazendo andando de metrô? Índio de verdade mora na floresta, carrega arco e flecha, caça, pesca e planta mandioca. Acho que não é índio coisa nenhuma...

[...] (2009, p.26).

No trecho do conto mencionado acima, Munduruku apresenta uma narrativa com situações de discriminação, apresentando uma visão equivocada em relação aos indígenas. As falas das senhoras recorrem à aparência física, como cabelo liso e maçãs do rosto salientes, e ao vestuário, como o uso de calça jeans, relógio, sapatos e camisa, para definir o que pode ou não ser considerado indígena.

Desse modo, o uso de espaços e elementos não indígenas são considerados pelas senhoras como uma negação da identidade indígena. No entanto, Munduruku (2006, p. 44)

afirma que “a cultura nunca é estática”, mas está sempre em transformação, ou seja, o indígena não é um ser primitivo, que está estagnado no tempo. Portanto, pode e deve ocupar todos os espaços e usufruir dos benefícios da modernidade.

Diante desses casos, o autor busca ressaltar como a falta de informação leva à construção e a reprodução de ideias infundadas e pré-julgadas contra os povos indígenas, por isso a importância de ler e trabalhar a literatura de autoria indígena como um caminho de reeducação da sociedade brasileira. Embora existam leis sobre a obrigatoriedade de ensino de história e cultura indígena, a literatura de autoria indígena oferece uma rica perspectiva sobre a relação do homem com a natureza, a espiritualidade e as estruturas sociais, contribuindo para um entendimento mais profundo das realidades e lutas dos povos indígenas:

[...] a maior contribuição que os povos da floresta pode deixar ao homem branco é a prática de um ser uno com a natureza interna de si. As tradições do Sol, da Lua e da Grande Mãe ensinam que tudo se desdobra de uma fonte única, formando uma trama sagrada de relações e inter-relações, de modo que tudo se conecta a tudo. O pulsar de uma estrela na noite é o mesmo do coração. Homens, árvores, serras, rios e mares são um corpo, com ações interdependentes. Esse conceito só pode ser compreendido por meio do coração, ou seja, da natureza interna de cada um (2020 p.64).

O excerto mencionado demonstra a forte conexão espiritual e filosófica que os indígenas possuem com a natureza. Werá (2020) sugere que a maior contribuição dos indígenas está na compreensão de uma unidade essencial entre o ser humano e a natureza. As tradições ancestrais, ao Sol, à Lua e à Grande Mãe, ensinam que todas as coisas emergem de uma única fonte, criando uma trama sagrada de relações que interconectam o cosmos.

Assim, a forma de se conectar do indígena com a natureza desafia as concepções ocidentais, que separam os elementos naturais do humano, no qual a natureza muitas vezes é explorada como fonte de renda. O trecho lança também a reflexão para a sociedade ocidental sobre a importância de pensar uma nova forma de perceber e interagir com o mundo, que respeite e valorize a natureza.

Além disso, ao integrar essas vozes no currículo educacional e nas discussões sociais, podemos fomentar um ambiente de empatia, diálogo e justiça social, fatores essenciais para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. E continuando sobre em Werá: “[...] quando o humano das cidades petrificadas largar as armas do intelecto, essa contribuição será compreendida. Nesse momento, entraremos no ciclo da unicidade, e a

terra sem males se manifestará no reino humano” (2020, p.64).

E, ainda mais, a contribuição conceitual da educadora Amanda Machado Alves de Lima (2012):

Na modernidade, sob a hegemonia do ocidente e mito do progresso, muitos povos de tradição oral foram extintos, levando consigo suas histórias, conhecimentos e tradições, e os povos que ainda permanecem lutam para preservar suas tradições e deixar o lugar de invisibilidade e fragilidade a que foram relegados. Nessa luta, uma arma que tem se mostrado bastante poderosa é a escrita, que cada vez mais é apropriada por estes povos (2012, p.33).

Em resumo, esta abordagem oferece visibilidade à literatura de autoria indígena, demonstrando a importância da reeducação da sociedade brasileira, o que pode contribuir para alterar o cenário de invisibilidade, equívocos e discriminações em relação os povos originários, além do fortalecimento de sua identidade étnica e preservação de suas tradições.

3. O Papel da Literatura de Autoria Indígena

A literatura de autoria indígena é um reflexo vivo da riqueza e da diversidade das culturas originárias do Brasil. Ao revisitar a memória cultural de seus povos, que no passado tinha a oralidade como recurso principal para transmitir suas histórias, mitos, tradições e conhecimentos, no presente utiliza-se também da memória como ferramenta para a escrita de autoria indígena, visando preservar sua identidade histórica e cultural. Em definição de Kaká Werá:

A memória cultural se baseia no ensinamento oral da tradição, que é a forma original da educação nativa, que consiste em deixar o espírito fluir e se manifestar por meio da fala aquilo que foi passado pelo pai, pelo avô, e pelo tataravô. [...] Um narrador da história do povo indígena começa um ensinamento a partir da memória cultural de seu povo, e as raízes dessa memória cultural têm início antes de o tempo existir (2020, p. 33).

Não obstante, os povos indígenas têm buscado um suporte mais eficaz para expandir o conhecimento cultural das suas tradições. Com o passar do tempo, essa tradição tem encontrado novas formas de expressão, como a escrita em línguas indígenas, ou em português, enriquecendo não apenas o cenário literário brasileiro, mas também desempenhando um papel fundamental na luta pela afirmação da identidade e dos direitos específicos dos povos originários no Brasil.

Há, assim, um processo de desconstrução de ideias historicamente preconcebidas, promovendo a valorização de suas culturas. Como afirma a professora Janice Thiél: “A publicação de obras indígenas faz mais do que promover a inclusão das etnias nativas:

promove o letramento histórico, literário, cultural e crítico de leitores e cidadãos” (2020, s/p).

Desde autores consagrados como Daniel Munduruku, Kaká Werá, Eliane Potiguara, entre outros talentos, a literatura de autoria indígena está em constante progressão, trazendo novas vozes, perspectivas e experiências para enriquecer o panorama literário do Brasil e do mundo. Como afirma Munduruku:

Atualmente, existe uma produção que beira uma centena de títulos. São aproximadamente quarenta autores – homens e mulheres – que lançam livros com alguma regularidade. Há centenas de “escritores indígenas anônimos” que mantêm blogs, sites e perfis nas redes sociais. Há entidades indígenas preocupadas em utilizar a escrita como uma arma capaz de reverter situações de conflitos, denunciar abusos internos e externos, mostrando que a literatura – seja ela entendida como achar melhor – é, verdadeiramente, um novo instrumento utilizado pela cultura para atualizar a Memória ancestral (2017, p. 123).

Munduruku ainda fortalece a ideia de que a literatura de autoria indígena, compreendida como “escrita, falada, dançada, cantada” (2017, p.122), atualizada pela memória coletiva, contém conhecimentos que permitem a outras culturas conhecer a pluralidade cultural das diversas etnias brasileiras. A atualização de conhecimentos ocorre por meio da palavra, que antes era oral, e agora é também escrita. Mas uma forma não invalida a outra, pelo contrário, há uma fusão entre elas, mobilizando tanto histórias ancestrais quanto um vasto conjunto de informações sobre a cultura viva. Sobre este ponto podemos nos valer novamente de Janice Thiél, que afirma:

Muitos dos textos indígenas contemporâneos se dirigem, sem disfarces, aos não índios. Há autores que, inclusive, fazem questão de afirmar que seus textos são orientados para a educação dos não índios. São textos que trazem a história de suas etnias, versam sobre a arte de criar e narrar histórias. São, em suma, uma contribuição para a cultura literária brasileira (2012, p. 63).

Neste contexto, pode-se inferir que o movimento cultural de autoria indígena revoluciona seu lugar de fala e, consequentemente, amplia esse locus enunciativo a que se denomina de Literatura brasileira. Assim, retificando e até atualizando o conceito de engajamento sobre a atuação histórica e cultural da Literatura, os estudiosos Sicsú e Pereira afirmam:

A literatura indígena não está somente para registrar a memória e a identidade dos povos originários. Ela tem também uma função política e social, no sentido de trazer para o corpo do texto problemáticas que estão nessas comunidades, em grande parte devido ao contato com a cultura ocidental, outros pela própria natureza humana dos indígenas [...] (SICSÚ; PEREIRA, 2021, p. 54).

Dessa forma, uma condição humanista se reafirma neste movimento literário, no qual autores, como Daniel Munduruku, não apenas produzem literatura, como também criticam modelos e métodos vigentes, com intuito de promover uma reeducação que valorize a vasta diversidade sociocultural. Essa diversidade não se limita ao mosaico humano do período colonial - português, negro e indígena -, mas engloba o amplo mosaico, especialmente dos indígenas, formado por mais de trezentas etnias, que influenciaram na formação cultural do povo brasileiro.

Em suma, a literatura desses autores recorre a uma memória cultural coletiva mais profunda, que reconhece suas bases no passado, sem que este passado seja estático, por estar relacionado à sua ancestralidade. Sendo, portanto, a memória um elemento vivo nesse engajamento literário, Daniel (2017) afirma:

A memória é um vínculo com o passado, sem abrir mão do que se vive no presente. É ela que nos coloca em conexão profunda com o que nossos povos chamam de tradição [...]. Ela, a memória é quem comanda a resistência, pois os lembra que não temos o direito de desistir, [...] lembrar que somos um conjunto, uma sociedade, um grupo, uma unidade. Essa ideia impede que nos acercamos da visão egocêntrica e ególatra nutrida pelo ocidente (2017, p. 116).

Neste sentido, Munduruku aponta que a memória é um elo entre passado e presente, um elemento de resistência, de luta e de coletividade que conecta com suas tradições e permite a continuidade do grupo. Ao mesmo tempo, permite se afastar do modo de vida ocidental, individualista, competitivo e materialista.

Até este ponto, busca-se afirmar o quão é necessário um resgate à memória histórica e cultural dos povos indígenas. Assim, por meio da literatura indígena é possível desconstruir o modelo eurocêntrico, que apresenta os povos nativos ora como um ser educado e gentil, semelhante a um europeu, ora como um sujeito selvagem agressivo que vive somente nas matas, atrasado culturalmente.

Essa desconstrução não poderia ser feita de outra forma, se não pela memória, pela oralidade e por sua literatura, ao revisitar os seus mitos, rituais, tradições e “filosofia de vida”. Desse modo, é possível conhecer mais sobre a diversidade indígena brasileira, as suas manifestações histórico-culturais, sem filtros ou lentes europeizadas. Vale ressaltar que o grande diferencial está na tradição cultural que é apresentada em forma de literatura criativa e crítica, mas também pedagógica.

Em conclusão, a Literatura de autoria indígena produzida no Brasil proporciona um

movimento social revolucionário das tradições, da cultura e dos costumes brasileiros no que se refere à sua relação étnico-racial com os povos originários. O lugar de fala que a produção destes autores evidencia é, em fato, um primeiro passo para o caminho da reeducação a partir de novos conhecimentos a serem aplicados em escolas e universidades. Na seção seguinte, discutiremos como a literatura crítica de autoria indígena revela um passado mais palpável e reforça o quanto é necessário que a educação e o ensino sejam revistos a partir dos valores dos povos originários.

4. A Literatura de Autoria Indígena e a Reeducação Brasileira

Para os indígenas brasileiros, a escola tem sido uma perpetuadora da desinformação da realidade indígena, pois ao insistir em ocultar a realidade contada pelos próprios indígenas, para propagar a visão eurocêntrica do indígena brasileiro (MUNDURUKU, 2009). Mas a legislação brasileira e a atuação social, pedagógica, criativa e crítica dos autores indígenas apontam para um horizonte de possibilidades de mudanças. Cabe à escola e a cada professor aderir e fortalecer tal movimento literário e as ações complementares, como o presente estudo.

Ao longo da história, os povos indígenas enfrentaram a marginalização, a discriminação e a violência cultural, econômica e social. Contudo, a literatura indígena visa romper essas barreiras do preconceito e da violência, desconstruindo no imaginário da sociedade o indígena construído até o século XX, e perpetuado pelo sistema de educação brasileira.

Em sua dissertação, Amanda Lima (2012) reflete que os livros de autoria indígena são, em sua maioria, fruto de pesquisas de professores indígenas em formação, com o objetivo de registrar histórias, tradições, línguas e ciências. Eles são produzidos principalmente para serem distribuídos nas aldeias e servirem como material didático nas escolas indígenas. O processo de pesquisa começa frequentemente com os “mais velhos”, que atuam como intérpretes das histórias transmitidas por suas famílias, as quais são passadas oralmente de geração em geração. A escrita dessas narrativas busca ser fiel à fala dos narradores e visa garantir a continuidade da tradição ao longo do tempo (2012 p.33).

Nesse contexto, é importante salientar que Daniel Munduruku, sendo indígena e reivindicando seu espaço de fala como tal, detalha sua trajetória existencial, dos desafios vivenciados para alcançar uma posição sobre si, enquanto indígena:

Nasci índio. Foi aos poucos, no entanto, que me aceitei índio. Relutei muitas vezes em aceitar essa condição. Tinha vergonha, pois o fato de ser índio estava ligada a uma série de cavões com que muitas pessoas me insultavam: Índio é atrasado, é sujo, preguiçoso, malandro, vadio... [...]. E tive de conviver com o que a civilização ocidental tem de pior, que é ignorar quem traz em si o diferente [...] (2009, p.13).

O autor evidencia em seu relato o desprezo das pessoas para com os indígenas brasileiros, além da estrutura cultural de disseminação de preconceitos e limitações como silenciamento às diversas formas de existência indígena. Quanto à escola como instituição formada pelas políticas públicas regidas pela constituição e leis derivadas, tem o papel moral e ético de abordar existência dos povos indígenas, bem como combater discursos seculares que atuam como elementos de perpetração da discriminação étnico-racial dos mais de trezentos povos indígenas do Brasil.

Em relação à discriminação, o autor evidencia em outro relato o que pode ser um exemplo da dimensão dos traumas e sequelas sociais causados pela falta de educação, ou mesmo por uma má educação:

Certa ocasião fui procurado por uma senhora. Ela estava desesperada porque a filha não conseguia sequer ouvir falar de “índio” que ficava apavorada, ameaçava abrir um berreiro. Tudo porque a menina tinha ouvido dizer que os “índios” eram ferozes, selvagens comedores de gente. Uma professora dela chegou a levar para a sala de aula algumas gravuras do século XVI, em que apareciam tupinambás banquetando-se de pernas e braços assados na fogueira (2009, p. 19).

A ignorância e o preconceito são males tão nocivos para as pessoas quanto o é a discriminação racial. A difusão de estereótipos e as consequências que estes atos trazem acoplados em si é a fragilização das relações entre as pessoas. Os povos indígenas constituem-se como um mosaico de existências que se apresentam de diferentes formas, porém unidos pela sua ancestralidade.

Esses povos lutam de diferentes formas, em diferentes frentes, contra todas as injustiças, preconceitos e estereótipos enraizados na nossa sociedade, que ainda propagados pelas escolas. Essa luta se converteu em um ato diário de resistência, manifestando-se de maneira poderosa em sua literatura.

Munduruku 2009 salienta que a escola também forma preconceitos e ideias distorcidas em relação a outras culturas.

[...] pude constatar que por trás do “medo de índio” estava a fala da escola e da professora: esta tinha apresentado apenas os aspectos negativos das populações

indígenas [...]. Os manuais didáticos, em sua maioria, ajudam a formar uma visão distorcida sobre os índios, pois trazem uma imagem estereotipada: os nativos são sempre apresentados como seres que vivem nus, nas matas, habitando em ocas ou tabas e que cultuam diversos deuses, entre os quais Tupã (20/21).

O autor, neste caso, diz que, apesar de existir a cultura de crença descrita acima, ela é apenas uma parte. Os indígenas já eram por si culturalmente organizados em sociedade, livres quando queriam, bem como guerreiros. Eram de várias etnias que somente os seus representantes indígenas podem narrar. Não é pouco, mas este trabalho já está sendo realizado pelos autores(as) citados neste trabalho e tantos outros(as) não mencionados. Cabe à sociedade, com foco e princípio nas escolas, transformar esta realidade, recorrendo sobretudo ao ensino de literaturas de autoria indígena.

Em suma, busca-se evidenciar, por meio da literatura crítica e pedagógica de Daniel Munduruku, que a escola contribui disseminação de estereótipos e preconceitos, sobre os povos indígenas. Nesse contexto, destaca-se a escrita de autoria indígena na denúncia dessa problemática. Como afirma o autor foram apresentados nos livros didáticos "uma visão simplista sobre os habitantes da América, considerando-os povos sem história, sem escrita, negando, portanto, seus traços culturais (2009, p.23).

Aqui, portanto, assume-se a premissa de dever para com o papel constitucional sobre a educação em relação à inclusão dos povos indígenas. A literatura, em narrativas, diálogos, ou contos, contrasta com a literatura indigenista, e mostra em detalhes únicos, a existência diversa, e a cultura indígena forte e capaz de ajudar na transformação da educação para construção de um país mais justo e inclusivo.

Como é demonstrado pela metodologia aqui aplicada, não pretende impor verdades, mas aprender com os ensinamentos dos povos indígenas, como ressaltado no trecho a seguir:

De qualquer forma, todas as modificações só serão sentidas nas próximas gerações, quando todas as escolas – e suas ideologias – estiverem configuradas para acolher a diferença, seja social (pobres e ricos), seja étnica. Ainda custa muito caro ser diferente no Brasil neoliberal em decorrência do modelo alienígena adotado (MUNDURUKU, 2009, p. 24).

Nas obras de Munduruku, abordadas neste estudo, as transformações sociais e educacionais necessárias ecoam profundamente em nossa realidade contemporânea. Afirmar que as mudanças terão impacto profundo apenas nas próximas gerações sublinha a complexidade e a urgência das reformas que precisamos buscar hoje. Por isso, é tão importante que as instituições educacionais se adaptem para acolher e valorizar a diversidade, seja ela social, étnica ou cultural.

Diante do exposto, é inegável que os desafios para superar os equívocos da história brasileira são significativos. Tal fato, faz com que o custo de ser diferente no Brasil seja alto, refletindo um modelo que, muitas vezes, falha em reconhecer e valoriza as diversas formas de ser e existir. Assim, a luta por uma educação de seja de fato inclusiva e igualitária deve ser constante e incansável, buscando superar as barreiras impostas por estruturas que ainda reproduzem padrões excludentes.

5. Considerações Finais

Este estudo aplicou a metodologia crítica e bibliográfica para compreensão do movimento literário brasileiro de autoria indígena, bem como o papel da escola na perpetração de discriminação e preconceitos contra estes povos. Dessa forma, enfatiza-se o dever das instituições de ensino em transformar essa realidade, por meio da aproximação e do ensino de literaturas que contemplem a diversidade de povos que existem no Brasil.

Assim, a literatura brasileira de autoria indígena veio para transformar o cenário equivocado e excludente sobre a história brasileira, possibilitando uma reeducação, sobretudo por meio das escolas. O impacto social vem da transformação não somente ética, mas moral sobre as relações étnico-raciais, como vem sendo demonstrado por este movimento literário de luta e resistência, que é também político e cultural, o qual foi abordado neste estudo.

Daniel Munduruku, Kaká e tantos outros(as) escritores(as) indígenas devem servir de referência para que educadores integrem suas obras e lições nas salas de aula em todo o país. Optou-se pelas obras de Munduruku e Werá porque apresentam uma crítica fundamental, muitas vezes negligenciada na narrativa histórica do Brasil, especialmente em relação às escolas e na propagação de estereótipos e preconceitos sobre as populações indígenas. Em suma, esses autores ressaltam a contribuição dos povos originários para a formação e identidade do país. Ao negar essa herança, negamos não apenas um passado rico e diversificado, mas também perpetuamos um distanciamento prejudicial entre diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Destarte, é essencial reconhecer que os povos indígenas não são apenas uma parte integral da história do Brasil, mas também autores de sua identidade contemporânea. Encerrar o distanciamento requer não apenas reconhecimento, mas também ação concreta para promover a inclusão e o respeito mútuo. Reconhecer que o indígena é tão brasileiro

quanto qualquer outro cidadão é fundamental para que suas vozes e contribuições sejam valorizadas.

Enfim, uma reeducação para a relação étnico-racial se apresenta como causa urgente. Os autores e obras apresentados neste estudo, mesmo em excertos, evidenciam que a hipótese de uma necessidade de revisão histórica e pedagógica se faz necessária para a construção de uma cultura inclusiva, uma educação equitativa, e assim um país democrático e justo. Com as reflexões apresentadas nesta pesquisa, aspiramos ampliar o debate sobre a inclusão dos povos indígenas brasileiros, por meio da área de educação para relações étnico-raciais, aplicando estes debates nas redes de ensino público e privado do Brasil por meio da literatura de autoria indígena. A meta é fortalecer esse caminho de reeducação histórico-cultural.

Referências

- ABREU, Mirhiane Mendes de. **Ao pé da página: a dupla narrativa em José de Alencar**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.
- ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Ateliê, 1999.
- BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 36ª. ed. São Paulo: **Cultrix**, 1999.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- BRASIL. MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. **Gov.br**. 07/08/2023 16h47. Disponível em: <https://encurtador.com.br/8z26r>. Acesso em: 12 jun.2024.
- LIMA, Amanda Machado Alves de. **O livro indígena e suas múltiplas grafias**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da FaLe/UFGM. Belo Horizonte, 2012.
- LUCIANO, Gersem. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 2: Sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores**, Lorena – SP: UK’A Editorial, 2017.
- MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses: conversa sobre a origem e a cultura brasileira**, São Paulo: Global, 2009.

PEREIRA, Danglei de Castro; OLIVA, Luzia Aparecida (orgs.). **Literaturas de autoria indígena**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, 2022.p. 143.

O PROBLEMA da palavra “tribo”. Entrevista com Daniel Munduruku. 2018. **Médium**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uhJ74>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SICSÚ, Delma Pacheco; PEREIRA, Danglei de Castro. Denúncias e dialogismo em Canumã: a travessia. In: PEREIRA, Danglei de castro; SANTOS, Rosana Cristina Zanelato (Orgs). **A insustentável leveza: literatura e sua análise**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, 2021.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

THIÉL, Janice. “Prefácio”. In: WERÁ, Kaká. **A terra dos mil povos**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2020.

WERÁ, Kaká. **A terra dos mil povos**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2020.